

3. EXCURSO: O CRÁTILLO E UMA APROXIMAÇÃO ALTERNATIVA DA RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E REALIDADE.

3.1) Uma nova hipótese a ser investigada.

No capítulo anterior, vimos como a procura da definição nos primeiros diálogos escritos por Platão era a busca de uma relação entre um *logos* e a natureza das coisas. Ou, dito de outra forma: uma investigação acerca da natureza das coisas e a tentativa de encontrar uma fórmula verbal que a expressasse da melhor maneira possível. Se não houvesse um elo entre esses dois domínios – o da linguagem e o da realidade –, inúteis seriam os esforços humanos em direção ao conhecimento. Tais investigações pareciam ser levadas adiante sem que fosse posta em questão mais detidamente qual a relação existente entre um grupo de palavras e o modo de ser de um *definiendum*.

É no *Crátilo*, diálogo considerado como ainda pertencente à primeira fase da filosofia platônica – ou, mais precisamente, como uma das obras intermediárias entre a primeira e a segunda fases –, a primeira ocasião em que tal relação é posta em questão. Nele, Platão registra a investigação de um hipótese que hoje tomaríamos como bastante extravagante: a de que haveria um elo natural entre a linguagem e a realidade; seria o mesmo que dizer: as palavras poderiam reproduzir sonoramente a natureza das coisas referidas. Os nomes seriam, segundo essa hipótese, uma imagem dos entes, apenas rebatida sob a forma de um som. Corolário dessa tese seria a idéia de que os *onoma*, unidades significacionais elementares, poderiam ser “certos” ou “errados”, “justos” ou “injustos” em relação às coisas nomeadas, o que aliás é enfatizado pelo subtítulo posteriormente agregado à obra: “Da correção dos nomes”. Conforme se vê, a investigação aí empreendida é de ordem semântica, isto é, estuda o signo atrelando-o a um significado específico, e toma os nomes como unidades significacionais fundamentais.

No início do diálogo, quando os interlocutores parecem exaurir todas as hipóteses de relação entre signos e coisas significadas, Sócrates equaciona a questão da seguinte forma: a única maneira de vencer o relativismo sofista e conferir alguma validade ao conhecimento e ao discurso humanos é estabelecer

algum elo necessitante entre linguagem e realidade. Para esse fim, apresenta o seguinte raciocínio (385b-d, transcrito abaixo na tradução de Carlos Alberto Nunes): se existem proposições verdadeiras, é necessário que também as suas partes sejam, todas elas, verdadeiras, pois um todo não pode ter características contrárias às das partes que o compõem. Sendo o nome a menor parte possível de uma proposição, também ela pode ser reputada certa ou errada.

Sócrates: Muito bem. Responde-me, agora, ao seguinte: admites que se possa dizer a verdade ou mentir?

Hermógenes: Admito.

Sócrates: Sendo assim, a proposição que se refere às coisas como elas são, é verdadeira, vindo a ser falsa quando indica o que elas não são.

Hermógenes: É isso mesmo.

Sócrates: Logo, é possível dizer por meio da palavra o que é e o que não é.

Hermógenes: Perfeitamente.

Sócrates: E a proposição verdadeira, é verdadeira no todo, não sendo verdadeiras as suas partes?

Hermógenes: Não; as partes também o são.

Sócrates: Porventura só serão verdadeiras as partes grandes, sem que o sejam as pequenas, ou todas o são igualmente?

Hermógenes: Todas, a meu ver.

Sócrates: E achas que em qualquer proposição pode haver parte menor do que o nome?

Hermógenes: Não; o nome é a parte menor.

Sócrates: Assim, numa proposição verdadeira o nome é enunciado?

Hermógenes: Sim.

Sócrates: E é verdadeiro, segundo o afirmaste.

Hermógenes: Sim.

Sócrates: E a parte de uma proposição falsa, não será também falsa?

Hermógenes: De acordo.

Sócrates: Logo, é possível dizer nomes verdadeiros e nomes falsos, uma vez que há proposições de ambas as modalidades.

Hermógenes: Como não? (385b-d)

As hipóteses aqui discutidas e as diversas concepções compactadas no trecho acima são de grande importância no curso de investigação anteriormente estabelecido. Antes de uma análise mais detalhada do lugar dessas idéias dentro do contexto da presente pesquisa, vejamos mais detidamente o que Sócrates faz das duas hipóteses levantadas.

3.2) Análise socrática das duas hipóteses¹.

Sócrates é convidado a participar de uma discussão entre Crátilo e Hermógenes acerca da convencionalidade dos nomes. Duas teses são propostas para dar conta da significação, que passaremos aqui a chamar de tese naturalista e a tese convencionalista. A primeira delas, defendida pelo personagem que dá título ao diálogo, consiste em afirmar que palavras e coisas designadas estariam atadas por uma relação natural: há uma natureza (*pyhsis*) comum entre nomes e entes, sendo aqueles como que propriedades naturais destes. Assim, dentro dessa hipótese, o conhecimento do nome ajudaria no processo de conhecimento da coisa. Fala-se de uma origem onomatopéica para a linguagem, supondo um idioma ideal que reproduzisse sonoramente o modo de ser dos entes. Os nomes seriam portanto uma forma de *mimesis* da realidade. Essa linguagem ideal teria se perdido, assim como seu elo com nossa linguagem cotidiana.

É o próprio personagem Crátilo quem, dizendo-se discípulo de Heráclito, afirma existirem laços naturais que atam os entes às suas denominações apropriadas. Nomear é expressar a essência e captar a natureza da coisa. Para isso, postula a existência de uma linguagem ideal, acessível por exame e reconstrução etimológica.

Eis como a tese é inicialmente exposta, em 383a: “Crátilo sustenta que cada coisa tem por natureza um nome apropriado, (...) sempre o mesmo, tanto entre os helenos como entre os bárbaros em geral.” Mais adiante, a tese será elaborada quanto ao mecanismo de adequação das palavras às coisas: os nomes copiarão os entes por um processo mimético e onomatopéico que as levariam a reproduzir traços essenciais da coisa nomeada (430-433), e seriam formados por composições de elementos constitutivos de natureza sonora.

Trata-se de uma hipótese interessante para o exercício da filosofia, uma vez que o nome das coisas poderia nos revelar algo sobre os entes nomeados. Mas vê-se logo, no entanto, que se trata de uma tese muito ousada, difícil de sustentar: a simples observação do uso humano da linguagem impõe imediatamente uma série de problemas. Sócrates aponta (394b-c), por exemplo, a existência de diversos

¹ Em toda esta seção seguiu-se o mapeamento presente em MARCONDES: 1986.

nomes diferentes para designar o mesmo ente (crítica que poderia ser estendida também à variedade de diferentes línguas):

Assim, no nosso exemplo anterior, Astýanax e Hektor só têm de comum a letra t; no entanto, significam a mesma coisa. E o nome Arquépolis (governador de cidade), que letra tem em comum com os outros dois? No entanto, todos eles querem dizer a mesma coisa.

O nome não pode, portanto, ser mera descrição da coisa designada. Mas Sócrates apresenta uma objeção ainda mais fundamental: a da própria possibilidade de imitação (*mimesis*). As palavras são também entes, como as coisas que representam; uma representação perfeita seria uma duplicação do objeto representado, o que é absurdo (essa posição, como outras apresentadas nesta obra, será revista no diálogo *Sofista*, quando a Platão pretende provar a possibilidade da existência de imagens, entes cuja essência consiste em remeter a outros entes); e, por outro lado, a representação imperfeita logra funcionar, mesmo sem que se observem semelhanças essenciais com a coisa designada (433a): “Quando essa imagem está presente, ainda mesmo que não contenha todos os traços essenciais, nem por isso deixa o objeto de ser nomeado.” Essa observação refuta o pretensão necessário que ataria entes a palavras. Mais adiante, serão apontados exemplos de nomes cujos sons não reproduzem traços das coisas designadas (434e-435b): um deles é a presença do fonema lâmbda, de som “macio”, na palavra *skleros*, que significa “duro”. Há, por fim, um último argumento apresentado de passagem: a dificuldade de se representarem os números, entes abstratos, por meio de palavras concretas (435b-c).

Mas, se Platão rejeita a tese naturalista, nem por isso aceita sem ressalvas a tese do convencionalismo, apresentada como contrária. Assim Hermógenes apresenta a tese que, no *Crátilo*, concorrerá com a naturalista (384c-d, sempre na tradução de Carlos Alberto Nunes):

Por minha parte, Sócrates, já conversei várias vezes a esse respeito tanto com ele como com outras pessoas, sem que chegasse a convencer-me de que a justeza dos nomes se baseia em outra coisa que não seja convenção e acordo. Para mim, seja qual for o nome que se dê a uma determinada coisa, esse é o seu nome certo.

Por seu caráter arbitrário, a linguagem não traria nenhuma contribuição à filosofia, na medida em que as palavras não nos ajudariam a desvendar a natureza dos entes. Mas, mesmo rejeitando a tese naturalista, Sócrates também vê problemas no convencionalismo. São quatro as principais objeções levantadas contra o convencionalismo, que passamos a enumerar abaixo.

Em primeiro lugar, o caráter arbitrário da convenção lingüística abriria a possibilidade para a proliferação de significados, já que as convenções podem ser livremente desobedecidas por indivíduos: “se, ao que hoje chamamos homem, eu der o nome de cavalo, a mesma coisa passará a ser denominada homem por todos, e cavalo por mim particularmente” (385a). Ademais, a convencionalidade dos nomes diluiria o critério de veracidade do discurso, já que, aqui, as palavras são tidas como unidades significacionais do *logos*.

O principal argumento de Platão contra o convencionalismo, no entanto, seria em relação ao caráter mutável e arbitrário dos signos, que por isso não seriam capazes de dar conta da natureza eterna das essências designadas, e nem tampouco da necessária estabilidade do conhecimento filosófico. Por fim, Sócrates apresenta a questão: se os nomes são convencionais, quem estabelece essa convenção e as transmite? É então trazida à tona a controversa figura do *nomothetes* ou *onomatourgos*, o legislador ou artesão dos nomes. O problema então se transfere para: como e com base em quais critérios o artesão cunha os nomes?

Note-se que, havendo problemas em ambas as hipóteses propostas, apresentadas como antagônicas e excludentes, o *Crátilo* chega a um fim aporético e considerado insatisfatório pelo próprio Sócrates, o que talvez fosse uma forma de evidenciar o caráter infrutífero dessa via de investigação e preparar o caminho para a apresentação da teoria das Formas.

Como resposta à pergunta inicialmente apresentada (“A linguagem contribui para o conhecimento?”), propõe-se a tese: os nomes não contribuiriam propriamente para o conhecimento dos entes, mas serviriam como instrumento para destacar, discriminar, identificar algo no real (388-389). Não é portanto pela análise da forma dos nomes que os filósofos alcançarão o conhecimento; os nomes são um meio, um material sonoro, capaz de referir o conhecimento obtido por outros meios.

3.3) A relação dessa investigação com a questão *tí estin*.

A presente seção tem o propósito de apresentar a hipótese de a investigação empreendida no *Crátilo* constituir um capítulo, ainda que um tanto à parte, do mesmo desenvolvimento da questão *tí estin*. Essa tarefa não é simples: se contrastarmos tal investigação com aquelas anteriormente analisadas, o *Crátilo* parece constituir uma espécie de excursão; nada nos demais diálogos ditos socráticos aponta para a tese segundo a qual o *logos* que reproduz o *eidōs tauton* seria o próprio “nome correto” de cada coisa. Pelo próprio decurso do diálogo, não fica claro se a hipótese debatida no *Crátilo* é a de que os nomes podem fazer as vezes de definição ou se seriam apenas elementos dela. Nossa interpretação é a de que a primeira possibilidade não deve ser descartada: os tais “nomes corretos” certamente teriam alguns traços que podem ser atribuídos a uma definição: cumpririam o critério “todo-e-apenas” apresentado no *Mênon*, uma vez que seriam aplicáveis, evidentemente, a todas as coisas delimitadas por um mesmo nome, e apenas a elas; além disso, revelariam algo sobre a natureza das coisas a que se referem; por fim, reproduziriam em seu devido domínio aquilo que os entes são no plano do real. A hipótese tem portanto seus atrativos na linha investigativa anteriormente lançada.

Há, além disso, algumas constâncias nas concepções aqui observadas. Sócrates defende enfaticamente, especialmente nas páginas finais, a idéia de que há um núcleo permanente e imutável nos entes, e que é justamente esse núcleo o objeto de conhecimento dos homens (439c-440e). Ele também mantém a idéia de que, obtido tal conhecimento a respeito da natureza de um ente, ele é traduzível na nossa linguagem corriqueira. A análise apresentada deixa duas possibilidades de interpretação: talvez Sócrates esteja dizendo que as fórmulas predicativas que definem os entes são, elas próprias, compostas de pequenas imagens desses mesmos entes, ou talvez proponha que o *logos* que define um ente não seja uma fórmula predicativa, mas o seu próprio nome, desde que corretamente estabelecido. O fato é que essa via investigativa não será retomada na obra platônica. A questão das definições ganhará novos rumos com a apresentação da teoria das formas, e com isso outras linhas de investigação serão inauguradas. Já a relação entre linguagem e realidade, por sua vez, ou a maneira como a linguagem

pode reproduzir aspectos do real, será reequacionada, em termos inteiramente novos, no diálogo *Sofista*, do qual trataremos mais adiante.

Resta pois a questão: qual a razão desse aparente excuro? As investigações sobre a definição dos entes parecia seguir um caminho mais intuitivo, mais de acordo com a forma como a linguagem naturalmente opera. Por que tergiversar a respeito de uma hipótese tão extravagante quanto a de nomes que expressam a natureza das coisas? Uma possibilidade que aqui levantamos é a de que Platão estivesse querendo aferir uma tese que talvez desfrutasse de algum prestígio em seu tempo. Não devemos esquecer que a hipótese da naturalidade dos nomes, por extravagante que nos pareça, é uma tese defendida por muitas tradições culturais e religiosas, entre as quais a nossa própria tradição judaico-cristã (tal como se vê no próprio livro do Gênesis, capítulo 2, versículo 19). No contexto da inquirição platônica, entretanto, essa via investigativa se esgota com o encerramento do diálogo. As obras subseqüentes se valerão de outras ferramentas para investigar a forma como um *logos* pode exprimir um modo de ser.

Como última observação a respeito do *Crátilo*, seria talvez ainda relevante anotar algumas coisas a respeito da passagem acima destacada: 385b-d. Nela, Sócrates admite como verdadeiras algumas idéias que serão novamente problematizadas em suas subseqüentes considerações sobre a relação entre linguagem e realidade. Entre elas, destacamos, antes de mais nada, a possibilidade do discurso falso (“a proposição que se refere às coisas como elas são, é verdadeira, vindo a ser falsa quando indica o que elas não são”), assunto central do diálogo *Sofista*. Há também uma curiosa menção à possibilidade de dizer o ser e o não-ser (“é possível dizer por meio da palavra o que é e o que não é”); tal distinção não tem aqui o sentido de distinguir o que é do que não é, mas sim o sentido de produzir um discurso verdadeiro e um discurso falso. O que se subentende é que, tal como Sócrates o concebe neste diálogo, dizer uma verdade é sempre “dizer o que é”; quando se diz algo “que não é”, produz-se um discurso falso. Novamente, é no diálogo *Sofista* que tais considerações serão retomadas em maior grau de complexidade e levando em conta possibilidades bem mais sutis.